

PARECER HOMOLOGADO
Portaria nº 846, publicada no D.O.U. de 20/10/2020, Seção 1, Pág. 47.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: União Brasileira Educacional Ltda.		UF: SP
ASSUNTO: Descredenciamento voluntário da Faculdade Santista (FASAN), com sede no município de Santos, no estado de São Paulo.		
RELATOR: Mauricio Eliseu Costa Romão		
PROCESSO Nº: 23000.012313/2019-24		
PARECER CNE/CES Nº: 481/2020	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 5/8/2020

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo de solicitação de descredenciamento voluntário da Faculdade Santista (FASAN), código nº 5388, com sede no município de Santos, no estado de São Paulo a ser realizado sob a forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

A manifestação da Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que serviu de balizamento para as apreciações e voto deste Relator, encontra-se na Nota Técnica 80, de 18 de junho de 2020, reproduzida abaixo *ad litteram*:

[...]

Ministério da Educação
NOTA TÉCNICA Nº 80/2020/CGCIES/DIREG/SERES/SERES

PROCESSO Nº 23000.012313/2019-24

INTERESSADO: FACULDADE SANTISTA - FASAN

Aditamento. Descredenciamento voluntário. Faculdade Santista - FASAN (cód. 5388).

1 RELATÓRIO

1.1 Trata o presente processo de solicitação de descredenciamento voluntário da Faculdade Santista - FASAN (cód. 5388), a ser realizado sob a forma de aditamento ao seu ato de Credenciamento, nos termos do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

1.2 A aludida IES, mantida pela União Brasileira Educacional Ltda. (cód. 1113), foi credenciada pela Portaria MEC nº 2.573 de 4 de dezembro de 2001, publicada em 07/12/2001.

1.3 Há, em nome da mantenedora acima citada, outra IES sob sua manutenção, a saber:

<i>Nome da instituição</i>	<i>Código</i>
<i>Faculdade de São Vicente - FSV</i>	<i>1690</i>

1.4 Conforme afirmado no Ofício nº 298/2019/CGSE/DISUP/SERES/SERES-MEC (1543424), nos termos do Despacho Ordinatório CGSE/DISUP/SERES/MEC nº 130, deverá ser mantido o trâmite do processo regulatório de descredenciamento voluntário nº 23000.012313/2019-24, vedado o seu cancelamento ou arquivamento, até a expedição do respectivo ato de aditamento.

1.5 De acordo com o sistema e-MEC, a IES tinha como sede o município de Santos, no estado de São Paulo. Seu campus era baseado na Rua Vereador Henrique Soller, nº 223, 226 e 229, bairro Ponta da Praia, e ofertava os seguintes cursos:

Curso	Código do curso
Administração, bacharelado	54058
Gestão Comercial, tecnológico	1332430
Gestão da Qualidade, tecnológico	1332429
Pedagogia, licenciatura	1332432
Segurança no Trabalho, tecnológico	1331802

1.6 A solicitação de descredenciamento voluntário está formalizada no Ofício s/nº, de 3 de abril de 2019, constante dos autos em comento.

2. ANÁLISE

2.1 Os pedidos de aditamento ao ato autorizativo, inclusive aqueles referentes ao descredenciamento voluntário, são regidos pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

2.2 O Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, de supervisão e de avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, estabelece em seu artigo 12, o que segue:

Art. 12. As modificações do ato autorizativo serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento de IES, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 1º Os seguintes aditamentos dependem de ato prévio editado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação:

I - aumento de vagas em cursos de graduação ofertados por faculdades;

II - aumento de vagas em cursos de graduação em Direito e Medicina ofertados por centros universitários e universidades, observado o disposto no art. 41;

III - extinção voluntária de cursos ofertados por IES sem autonomia;

IV - descredenciamento voluntário de IES ou de oferta em uma das modalidades; (grifo nosso)

V - unificação de IES mantidas por uma mesma mantenedora; e

VI - credenciamento de campus fora de sede.

2.3 No mesmo sentido, dispõe o art. 75 da Portaria Normativa nº 23/2017:

Art. 75. O pedido de descredenciamento voluntário de IES, acompanhado da extinção de todos os seus cursos, tramitará como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento e será processado mediante

análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco apontada pela SERES, após a apreciação dos documentos.

2.4 Impõe o art. 76 da aludida Portaria Normativa nº 23/2017 que o pedido de descredenciamento voluntário está vinculado à comprovação, por parte da IES, do encerramento da oferta de todos os cursos, da inexistência de pendências acadêmicas de estudantes, da emissão da totalidade dos diplomas e certificados, bem como da transferência de alunos, se for o caso, aliado à necessidade de organização do acervo acadêmico.

2.5 Em análise aos documentos inseridos nos autos, corrobora-se que a IES procedeu com todos quesitos dispostos acima, em franco atendimento ao dispositivo supracitado.

2.6 Ademais, o descredenciamento voluntário deve ser processado mediante a análise dos documentos listados no art. 77 da Portaria Normativa nº 23/2017, abaixo elencados:

I. Requerimento de descredenciamento voluntário, formalizado pelo dirigente da mantenedora da instituição de ensino;

II. Cópia do último edital de processo seletivo da instituição;

III. Declaração assinada pelo dirigente máximo da instituição, com firma reconhecida, firmando os seguintes compromissos:

a) responsabilização pela guarda do acervo documental de estudantes, de cursos e da IES até a finalização do processo, bem como pela entrega do acervo, organizado na forma disciplinada no Capítulo II, Seção VIII, da Portaria Normativa MEC nº 22, de 21 dezembro de 2017, à instituição sucessora;

b) indicação de IES sucessora para entrega do acervo acadêmico, com apresentação de termo de aceite firmado por seu representante legal; e

c) comprovação de encerramento ou inexistência de pendências junto a programas do MEC vinculados aos cursos, tais como o Financiamento Estudantil FIES e o Programa Universidade para Todos PROUNI.

2.7 No que concerne ao rol de documentos acima elencado, a IES forneceu à SERES os documentos necessários à devida análise do pleito. Nesta esteira, no que tange especificamente a respeito do acervo acadêmico, questão explicitada no inciso III, "b", acima elencado, e ressaltando a razoabilidade e os efeitos jurídicos produzidos no decorrer da instrução processual, inferimos que as informações e os documentos apresentados pela IES nos autos (fls. 5 e 6) estão em sintonia com as imposições expressas no art. 58 do Decreto nº 9.235/2017 e preenchem os pressupostos dos arts. 76 e 77 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, haja vista estar presente nos autos o Termo de Aceite de Guarda do Acervo Acadêmico assinado por representante da Faculdade de São Vicente - FSV (cód. 1690).

2.8 Em atendimento ao art. 79, §1º, da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, destacamos que há processos regulatórios de extinção voluntária de seus cursos em trâmite no sistema e-MEC. (201928948, 201929390, 201929388, 201929385, 201929382)

3. CONCLUSÃO

3.1 Ante o acima exposto, com fundamento no Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, bem como nos termos do art. 80 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, republicada em 03/09/2018, esta Coordenação-Geral de Credenciamento das Instituições de Educação Superior - CGCIES/DIREG/SERES/MEC é de parecer favorável ao descredenciamento voluntário da Faculdade Santista - FASAN (cód.

5388) e, em decorrência, à extinção dos cursos de Administração, bacharelado; Gestão Comercial, tecnológico; Gestão da Qualidade, tecnológico; Pedagogia, licenciatura; e Segurança no Trabalho, tecnológico, da FASAN, apontando ainda que a Faculdade de São Vicente - FSV (cód. 1690) será responsável pela organização e manutenção do acervo acadêmico da IES descredenciada.

3.2 Sugere-se, em seguida, conforme disposto no art. 81 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, o encaminhamento do processo à Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, para análise e deliberação acerca do descredenciamento voluntário.

Considerações do Relator

Diante do que foi retratado na precisa Nota Técnica nº 80/2020/CGCIES/DIREG/SERES/SERES, e assentado nos termos do Decreto nº 9.235/2017, bem como fundamento no artigo 80, da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, é do meu entendimento que a solicitação de descredenciamento voluntário da Faculdade Santista (FASAN), com sede no município de Santos, no estado de São Paulo, deve ser acatada, respeitadas as normas vigentes, devidamente apontadas na Nota Técnica já aludida, assim como a extinção dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Gestão Comercial, tecnológico; Gestão da Qualidade, tecnológico; Pedagogia, licenciatura e Segurança do Trabalho, tecnológico, apontando ainda que a Faculdade de São Vicente (FSV), código 1690, com sede no município de São Vicente, no estado de São Paulo, será responsável pela organização e manutenção do acervo acadêmico da Instituição de Educação Superior (IES) descredenciada.

II – VOTO DO RELATOR

Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Santista (FASAN), com sede na Rua Vereador Henrique Soler, bairro Ponta da Praia, no município de Santos, no estado de São Paulo, mantida pela União Brasileira Educacional Ltda., com sede no município de São Vicente, no estado de São Paulo, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2007, publicado em 18 de dezembro de 2017.

Neste mesmo ato, determino que a Faculdade de São Vicente (FSV), ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Santista (FASAN).

Brasília (DF), 5 de agosto de 2020.

Conselheiro Maurício Eliseu Costa Romão – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2020.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Presidente em exercício